

Conversão reduz investimento externo

Economista do Ipea afirma que País terá poucas vantagens com a medida *Durvalo*



NELSON OLIVEIRA
Da Editoria de Economia

Um dos efeitos mais terríveis da conversão e capital de risco, nos moldes em que vem sendo adotada pelo Governo brasileiro, será a diminuição dos investimentos externos diretos no País. O alerta foi dado pelo economista Eustáquio Reis, do Instituto para Estudos Econômicos e Sociais (Ipea), ligado à Seplan, durante debate sobre Conversão da Dívida Externa em Capital de Risco, realizado semana passada na Universidade de Brasília.

O raciocínio do economista baseia-se, entre outras coisas, no fato de que para os investidores, ou melhor, para os portadores de títulos da dívida externa brasileira, a operação de convertê-los em capital de risco é muito mais vantajosa do que os investimentos diretos. Isto se explica, em grande parte, porque os títulos são adquiridos no mercado secundário internacional com 50 por cento de desconto, já que muitos bancos credores querem se livrar de seus créditos com o Brasil.

Segundo Eustáquio Reis, o aspecto fundamental da crise da dívida é o fato de que países como o Brasil necessitam com urgência de recursos para investir e fazer crescer a economia, sem o que, qualquer tentativa de competição no mercado mundial fica reduzida a nada. Mas é preciso ter em mente, conforme o economista, que o "aporte de novos recursos externos significa obter mais dólares ou qualquer outra moeda conversível que possibilite à economia brasileira comprar mais bens ou vender menos bens para o resto do mundo". Ou seja, reduzir as necessidades de superávits da balança comercial e assim expandir a oferta doméstica de bens e serviços disponíveis para fins de investimento e/ou consumo através de aumentos das impor-

tações e/ou redução das exportações".

Eustáquio explicou, no entanto, que a conversão de dívida em capital de risco é simplesmente o resgate de um título vencido, o que não permite importar mais ou exportar menos. A única vantagem decorrente da conversão seria a redução das despesas com juros, através da redução do estoque total da dívida. Mas ele avalia que os custos são muito maiores do que os benefícios. Uma das desvantagens seria a obrigação de remessa de lucros para o exterior. A economia em dólares, nesse caso seria quase desprezível, na opinião de Reis, ainda mais se levarmos em conta que numa negociação mais favorável pode-se obter melhores taxas de juros e spreads (taxa de risco).

Eustáquio Reis fez uma análise (ver quadro) da relação entre aumento do volume de conversões com a diminuição da entrada de investimentos diretos no País. Conforme o economista, os efeitos da conversão sobre o fluxo de investimento estrangeiro já se fazem notar a partir de 1982, quando ampliam-se facilidades para esse tipo de mecanismo de eliminação da dívida, através do Decreto-lei nº 1994. No período anterior a 1982, a média anual de investimentos atingiu 1,5 bilhão de dólares. Essa média caiu para apenas 900 milhões entre 1983/85 e, pela primeira vez desde o pós-guerra, os investimentos tornam-se negativos em 1986.

Eustáquio Reis é favorável simplesmente à proibição das conversões. Ele alinhava outros fatores negativos, entre os quais o fato de que, através desse mecanismo, o País está convertendo títulos do principal. "A rolagem integral do principal foi sempre aceita como automática", nas negociações da dívida externa, afirma Reis.